

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

CAMPINA GRANDE-PB
2015

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014.

Unidades Consolidadas: Instituto Nacional do Semiárido – INSA

CAMPINA GRANDE-PB
2015

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013	12
2.1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
2.2	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
2.3	ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
2.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
3.	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	19
3.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	19
3.2	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	20
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	22
4.1	CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	22
4.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	23
4.3	MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	23
4.4	ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	23
4.5	MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE	23
5.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	24
5.1	PLANEJAMENTO DA UNIDADE	24
5.2	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	33
5.2.1	PROGRAMA TEMÁTICO	33
5.2.1.1	ANÁLISE SITUACIONAL	35
5.2.2	AÇÕES	36
5.2.2.1	AÇÕES - OFSS	36
5.2.2.2	AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS	37
5.2.2.3	AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - OFSS	38
5.2.2.4	ANÁLISE SITUACIONAL	39
5.3	INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	40
5.4	INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	40
6.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	44
6.1	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS	44
6.1.1	PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS	44
6.1.1.1	ANÁLISE CRÍTICA	45
6.1.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	46
6.1.3	REALIZAÇÃO DA DESPESA	47
6.1.3.1	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS	47

	ORIGINÁRIOS – TOTAL	
6.1.3.2	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	48
6.1.3.3	DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	49
6.1.3.4	DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	51
6.1.3.5	DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	53
6.1.3.6	DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	54
6.1.3.7	ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	55
6.2	DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	57
6.3	MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	58
6.3.1	ANÁLISE CRÍTICA	59
6.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	60
6.4.1	CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	60
6.4.2	UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	61
6.4.3	CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	62
6.4.4	ANÁLISE CRÍTICA	63
7.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	64
7.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	64
7.1.1	DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	64
7.1.2	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	66
7.1.3	CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	67
7.1.3.1	TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS	68
7.1.4	RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE	69

PESSOAS		
7.2	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	70
7.2.1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA	70
7.2.2	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	71
7.2.3	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 7.2.1 E 7.2.2	72
7.2.4	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	73
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	74
8.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	74
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	76
8.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	76
8.2.2	IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	77
8.2.3	ANÁLISE CRÍTICA	78
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	79
9.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	79
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	81
10.1	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	81
11.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	82
11.1	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93	82
11.1.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	82
11.2	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	83
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	84
12.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APlicadas AO SETOR PÚBLICO	84
12.2	CONFORMIDADE CONTÁBIL	88
12.3	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	90
12.3.1	DECLARAÇÃO PLENA	90
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	91

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APD	- Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento.
APLs	- Arranjos Produtivos Locais.
ASA	- Articulação no Semiárido.
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil.
CDISAB	- Centro de Documentação e Informação do Semiárido Brasileiro.
CETENE	- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste.
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade.
CGRH	- Controladoria Geral de Recursos Humanos.
CGU	- Controladoria-Geral da União.
CGU-PAD	- Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.
CJU	- Consultoria Jurídica da União.
CNA	- Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.
CNCD	- Comissão Nacional de Combate a Desertificação.
CNI	- Confederação Nacional da Indústria.
CNPq	- Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CT&I	- Ciência, Tecnologia e Inovação.
CTC	- Conselho Técnico-Científico.
DAS	- Direção e Assessoramento Superiores.
DN	- Decisão Normativa.
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMPARN	- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte.
ENCTI	- Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
ESA	- Agência Espacial Europeia.
ETCO	- Eventos Técnico-Científicos Organizados.
IC&T	- Instituição Científica e Tecnológica.
ICE	- Índice de Comunicação e Extensão.
ICT	- Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento.
IDCT	- Índice de Divulgação Científica e Tecnológica.
IEO	- Índice de Execução Orçamentária.
IES	- Instituições de Ensino Superior.
IFBAIANO	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
IFCE	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
IGPUB	- Índice Geral de Publicações.
IISEP	- Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSA	- Instituto Nacional do Semiárido.
IPEVN	- Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas.
IRAD	- Índice de Recuperação de Áreas Degradadas.
LOA	- Lei Orçamentária Anual.
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia.
MCTI	- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores.
MST	- Movimento dos Sem Terra.
NA	- Não se aplica.
NBC	- Normas Brasileiras de Contabilidade.
NDTS	- Núcleo de Desenvolvimento e Tecnologia Social.
NO	- Não há ocorrência no período.
OCI	- Órgão de Controle Interno.

OFSS	- Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.
OI	- Orçamento de Investimento.
ONG	- Organizações Não Governamentais.
PAC	- Plano de Aceleração do Crescimento.
PcTD	- Processos e Técnicas Desenvolvidos.
PDU	- Plano Diretor da Unidade.
PPA	- Plano Plurianual.
PPACI	- Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional.
PPACN	- Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional.
PPBD	- Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos.
PRB	- Participação Relativa de Bolsistas.
PRPT	- Participação Relativa de Pessoal Terceirizado.
REI-F	- Revisão de Experimentos com Vistas ao Futuro.
RFB	- Receita Federal do Brasil.
RG	- Relatório de Gestão.
RH	- Recursos humanos.
RRP	- Relação entre Receita Própria e OCC.
SAB	- Semiárido Brasileiro.
SCDP	- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.
SCDP	- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.
SCI	- Scientific Electronic Library Online.
SCUP	- Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa.
SGICSSAB	- Sistema de Gestão da Informação e Conhecimento para o Semiárido Brasileiro.
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIAFI	- Sistema de Administração Financeira.
SIASG	- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SIC	- Serviço de Informação ao Cidadão.
SIGMCT	- Sistema de Informações Gerencias.
SIGTEC	- Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas.
SPOA	- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
TCG	- Termo de Compromisso e Gestão.
TCGI	- Termo de Compromisso e Gestão Individual.
TCU	- Tribunal de Contas da União.
TNSE	- Somatório dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
UECE	- Universidade Estadual do Ceará.
UEPB	- Universidade Estadual da Paraíba.
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande.
UFERSA	- Universidade Federal Rural do Semiárido.
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba.
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco.
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
UFS	- Universidade Federal de Sergipe.
UJ	- Unidade Jurisdicional.

LISTA DE QUADROS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Quadro A.1.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro A.1.3	Organograma funcional	16
Quadro A.2.4	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	21
Quadro A.5.2.1	Programa Temático	33
Quadro A.5.2.3.1	Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	36
Quadro A.5.2.3.2	Ação/Subtítulos – OFSS	37
Quadro A.5.2.3.3	Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS	38
Quadro A.6.1.1	Programação de Despesas	44
Quadro A.6.1.2.1	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	46
Quadro A.6.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	47
Quadro A.6.1.3.2	Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários	48
Quadro A.6.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	49
Quadro A.6.1.3.4	Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	51
Quadro A.6.1.3.5	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	53
Quadro A.6.1.3.6	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	54
Quadro A.6.2	Despesas com Publicidade	57
Quadro A.6.4	Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	58
Quadro A.6.6.1	Concessão de suprimento de fundos	60
Quadro A.6.6.2	Utilização de suprimento de fundos	61
Quadro A.6.6.3	Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	62
Quadro A.7.1.1.1	Força de Trabalho da UJ	64
Quadro A.7.1.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva	65
Quadro A.7.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	65
Quadro A.7.1.3	Custos do pessoal	67
Quadro A.7.1.4.2	Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	68
Quadro A.7.2.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	70
Quadro A.7.2.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	71
Quadro A.7.2.4	Composição do Quadro de Estagiários	73
Quadro A.8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	76
Quadro A.8.2.2.1	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	77
Quadro A.9.1	Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	80
Quadro A.10.1	Aspectos da Gestão Ambiental	81

Quadro A.11.3	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	82
Quadro A.11.5	Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	83
Quadro A.12.4.1	Declaração do contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis	90

1. INTRODUÇÃO

O RG está estruturado em 14 itens, a saber:

1. Introdução;
2. Identificação e atributos das unidades jurisdicionadas cujas gestões compõem o relatório;
3. Informações sobre a governança;
4. Relacionamento com a sociedade;
5. Ambiente de atuação;
6. Planejamento da unidade e resultados alcançados;
7. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira;
8. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados;
9. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário;
10. Gestão da tecnologia da informação;
11. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental;
12. Atendimento de demandas de órgão de controle;
13. Informações contábeis; e
14. Outras informações sobre a gestão.

Alguns itens/subitens constantes na DN TCU nº 134/2013 e Portaria-TCU nº 90/2014 não se aplicam à natureza jurídica do INSA e/ou foram suprimidos do corpo do RG. Outros, porém, apesar de se aplicarem, não tiveram ocorrências no exercício 2014 sendo também suprimidos. A seguir apresenta-se um resumo dos itens/subitens que não se aplicam e/ou que não tiveram ocorrência no período.

Item/Subitem que não se aplicam ou não tiveram ocorrência no período	Justificativa
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA 2.3 Sistema de correição	A unidade não possui sistema de correição, sendo a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MCTI a responsável pelo sistema de correição desta unidade.
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicional	Não se aplica.
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS 5.2.2 Objetivo (Quadro A.5.2.2) 5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI (Quadro A.5.2.3.4) 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços (Quadro A.5.5)	Não se aplica. O MCTI é o responsável.
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 6.1.2 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (Quadro A.6.1.2.2) 6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência	Não houve ocorrência no período.

de créditos ou recursos (Quadro A.6.3)

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício (Quadro A.6.5.1)

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.6.5.2)

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse (Quadro A.6.5.3)

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse (Quadro A.6.5.4)

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ (Quadros Não se aplica.

A.6.7.1.1, A.6.7.2.1, A.6.7.2.2, A.6.7.2.3,
A.6.7.2.4.1, A.6.7.2.4.2, A.6.7.2.5.1, A.6.7.2.5.2,
A.6.7.2.6, A.6.7.2.7, A.6.7.2.8, A.6.7.2.9,
A.6.7.2.10 e A.6.7.2.11)

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO Não houve ocorrência no
DE MÃO DE OBRA E CUSTOS período.

RELACIONADOS

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Não se aplica. A CGRH-Humanos MCTI é a responsável.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO Não houve ocorrência no
8.2.2 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da período.

União (Quadro A.8.2.2.2)

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Não se aplica.
Responsabilidade da UJ (Quadro A.8.2.3)

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros (Quadro A.8.3)

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE Não houve ocorrência no
ÓRGÃO DE CONTROLE (Quadros A.11.1.1, período.
A.11.1.2, A.11.2.1, A.11.2.2, A.11.4)

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS Não houve ocorrência no
12.2 Apuração dos custos dos programas e das período.
unidades administrativas

As principais ações do INSA concentraram-se na complementação da infraestrutura da Sede e Estação Experimental, e no fortalecimento e continuidade da execução dos projetos científicos iniciados em 2012, em seis áreas do conhecimento: Desertificação, Sistemas de produção, Recursos Hídricos, Biodiversidade e uso sustentável, Desenvolvimento e Tecnologias Sociais e Gestão da Informação e Conhecimento. Mais detalhes das ações podem se encontradas no Termo de Compromisso e Gestão de 2014 (<http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/RelAnualTCG-2014.pdf>).

A principal dificuldade da unidade de cumprir seu papel é o quadro de pessoal insuficiente, em especial da área fim. Outra dificuldade que se avizinha são o aumento dos custos operacionais da unidade e as restrições orçamentaria para os próximos anos.

2. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013

2.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI		Código SIORG: 24101
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Nacional do Semiárido		
Denominação Abreviada: INSA		
Código SIORG: 24101	Código LOA: 240114	Código SIAFI: 240114
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 01.263.896/0019-93
Principal Atividade: Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais		Código CNAE: 7210-0/00
Telefones/Fax de contato:	(083) 3315-6400	(083) 3315-6411
Endereço Eletrônico: insa@insa.gov.br		
Página Eletrônica: http://www.insa.gov.br		
Endereço Postal: Av. Francisco Lopes de Almeida, S/Nº - Bairro Serrotão - CEP.: 58.429-970, Campina Grande / PB		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº. 10.860, de 14 de abril de 2004; Decreto nº. 5.886, de 06 de setembro de 2006.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria nº. 896, de 30 de novembro de 2006.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Plano Diretor da Unidade e termo de compromisso de Gestão.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
240114	Instituto Nacional do Semiárido - INSA	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
1	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
	NA	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	

*NA - não se aplica.

2.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com sede na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na forma do disposto na Lei nº. 10.860, de 14 de abril de 2004 e o Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006.

O INSA como Instituição Científica e Tecnológica (IC&T), nos termos da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, tem por finalidade, a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos sócio-econômicos e ecossistemas estratégicos da região do Semiárido Brasileiro (SAB), bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.

Os objetivos estratégicos do INSA estão consolidados no Plano Diretor da Unidade (PDU) para o período 2012 a 2015 (http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/acervo/PDU-2012-2015.pdf), tendo como eixos de sustentação:

1. PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO - que contempla os programas Biodiversidade e uso sustentável no SAB, Agroindústria e uso sustentável dos recursos minerais do SAB;

2. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - com o programa Promoção da educação, do desenvolvimento humano e de tecnologias sociais para o SAB; e

3. FORTALECIMENTO DA PESQUISA E INFRAESTRUTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - através dos programas: Infraestrutura de desenvolvimento científico e tecnológico na Sede e na Estação Experimental do INSA e Gestão de recursos hídricos e reuso de águas no SAB.

No tocante aos projetos estruturantes, o INSA estabeleceu em seu PDU 2012-2015 os temas:

1. Desertificação e mudanças climáticas no SAB;
2. Gestão da informação e do conhecimento no SAB e
3. A realização da Conferência Nacional do Semiárido Brasileiro.

As ações empreendidas pelo INSA no ano de 2014 contemplaram todos os programas estratégicos, exceto o de agroindústria e uso sustentável dos recursos minerais do SAB; enquanto, para os projetos estruturantes as ações tiveram foco na desertificação e mudanças climáticas no SAB e gestão da informação e do conhecimento no SAB.

Dante do rol de ações realizadas, os principais impactos positivos foram:

1. Fortalecimento, avanço e popularização da ciência, tecnologia e inovação na região semiárida;
2. Democratização do acesso à informação e
3. Formação de recursos humanos.

2.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

No regimento interno do INSA (Portaria MCT nº 896, de 30 de novembro de 2006), a sua estrutura básica é composta pelo Diretor e um Conselho Técnico-Científico (CTC).

O diretor, cujo cargo em comissão (DAS 101.5) provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, no desempenho de suas funções, conta com dois Assessores Técnicos (DAS 102.3) e um Assistente Técnico (DAS 102.1). Os assessores técnicos são responsáveis pelo apoio às atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisas e desenvolvimento tecnológico relacionadas a recursos hídricos, biodiversidade e sistemas de produção; enquanto, o assistente técnico, as atividades meio, que correspondem às áreas técnico-administrativas relacionadas a planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade.

O CTC é uma unidade colegiada, composto por 10 (dez) membros todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, com função de orientação e assessoramento ao diretor, no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INSA. O CTC apresenta a seguinte composição:

- I - Diretor do INSA, que o preside;
- II - dois membros, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico do INSA;
- III - um representante das Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- IV - um representante das Federações das Indústrias dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- V - três membros representantes da comunidade científica e tecnológica atuantes em áreas afins e externos ao quadro de pessoal do INSA;
- VI - um representante dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa das Universidades localizadas nos Estados do Nordeste; e
- VII - um representante dos Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia do Nordeste.

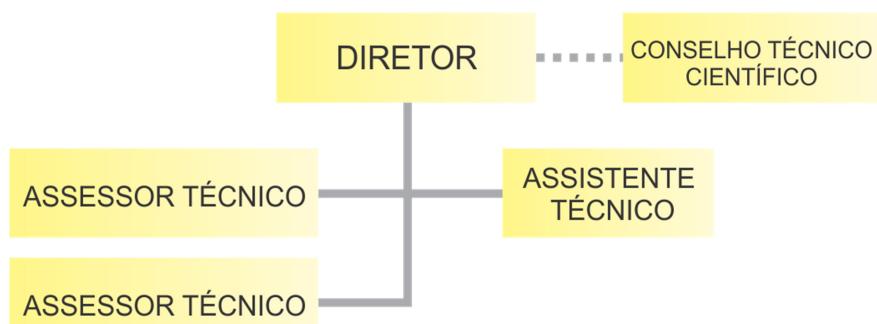


Figura 1. Estrutura Organizacional.

Importa enfatizar que foram encaminhados ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação – MCTI os Ofícios de nº 81/14 (27 de março de 2014) e 233/14 – GAB/INSA (23 de setembro de 2014), com a minuta do novo regimento interno e o respectivo organograma para apreciação/aprovação; bem como a solicitação de liberação dos

cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, aprovado pela Lei nº 12.954 de 05 de Fevereiro de 2014.

As informações referentes às competências que integram a atual estrutura da unidade jurisdicionada estão registradas no Quadro A.1.3.

Quadro A.1.3 – Organograma funcional

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (publicação DOU)
Direção	Coordenar e gerenciar a implementação dos projetos e atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA; Supervisionar e coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; Coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade; Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas a sua área de atuação; Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.	Ignácio Hernan Salcedo (CPF nº 152.770.974-49) salcedo@insa.gov.br	Diretor (DAS 101.5)	A partir de 27/05/2011
Assessoramento	Responsáveis pelo apoio às atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionadas a recursos hídricos, biodiversidade e sistemas de produção.	Aldrin Martin Perez Marin (CPF nº 014.809.646-89) aldrin.perez@insa.gov.br	Assessor (DAS 102.3)	A partir de 07/07/2011
Assessoramento	Responsáveis pelo apoio às atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionadas a recursos hídricos, biodiversidade e sistemas de produção.	Salomão de Sousa Medeiros (CPF nº 918.5892.044-49) salomao.medeiros@insa.gov.br	Assessor (DAS 102.3)	A partir de 07/07/2011
Assistência	Responsável pelas atividades meio, que correspondem às áreas técnico-administrativas relacionadas a planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade.	Vinicius Sampaio Duarte (CPF nº 184.889.781-20) vinicius.sampaio@insa.gov.br	Assistente (DAS 102.1)	De 08/12/2008 a 08/08/2014
Assistência	Responsável pelas atividades meio, que correspondem às áreas técnico-administrativas relacionadas a planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade.	Inesca Cristina Malaquias Pereira (CPF nº 049.433.154-29) inesca.pereira@insa.gov.br	Assistente (DAS 102.1)	A partir de 18/09/2014

2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O INSA fundamentou todo o planejamento de suas ações nos resultados que redundem em benefícios diretos para a população residente no Semiárido Brasileiro (SAB), de forma a que todo o seu esforço institucional aponte caminhos e forneça subsídios para a formulação de políticas públicas de convivência sustentável com o SAB, bem como articule os saberes científicos e populares, promovendo a conjuminância de informações e conhecimentos. Como resultado, espera haver enfrentado o macroproblema do SAB, especialmente quanto à baixa capacidade de suporte para as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos mais de 23,8 milhões de habitantes que residem na região.

A partir destes macro-objetivos concebeu uma trajetória de planejamento de suas ações estabelecidas para o período 2012 a 2015, envolvendo eixos de sustentação e premissas em consonância à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015 - http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf) e o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), norteadores dos seguintes macroprocessos:

- a) Consolidação dos Eixos de Sustentação e Premissas da ENCTI 2012-2015;
- b) Dinamização de Diretrizes de Ações Estratégicas;
- c) Desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa e projetos estruturantes.

Consolidação dos Eixos de Sustentação e Premissas da ENCTI 2012-2015

Esse macroprocesso constitui-se no elemento fundamental para orientação das ações do INSA, no sentido do cumprimento de sua missão institucional, que é viabilizar soluções interinstitucionais em ações de pesquisa, formação e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região, subsidiando a formulação de políticas públicas para a convivência sustentável com o SAB, tendo como eixos de sustentação:

- a) Promoção da inovação – Eixo I da ENCTI;
- b) Fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura científica e tecnológica – Eixo III da ENCTI;
- c) Formação e capacitação de recursos humanos – Eixo IV da ENCTI.

Como o INSA ainda não tem elevado sua capacidade para geração de recursos próprios e outras ações pertinentes, bem como por não tratar-se de órgão de fomento, o Eixo II da ENCTI (Novo padrão de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico) não foi, até a presente data, incorporado neste macroprocesso, pela instituição.

Objetivamente, esse macroprocesso reflete a estratégia de intervenção em CT&I, para o enfrentamento da realidade demandante das ações de governo, com vistas à convivência sustentável com o Semiárido brasileiro.

Para a promoção da inovação o INSA tem estimulado o desenvolvimento de alternativas sustentáveis com o SAB, buscando nas informações técnicas, científicas e no conhecimento popular, as inovações tecnológicas de sucesso que promoveram melhorias substanciais. Assim, criou o Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais, o qual associado ao Projeto Estruturante “Concepção e Implantação do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento no SAB” articulam os diversos saberes dispersos na região e desenvolve mecanismos de divulgação institucional, seja através de sua página oficial da internet, através do ensino/aprendizagem no âmbito da

educação contextualizada no campo e/ou na produção de material didático-pedagógico dirigida a produtores rurais campesinos, através de seminário, encontros, eventos, palestras e as mais diversas formas de promover, dividir e divulgar o saber.

O fortalecimento da pesquisa se deu com a ampliação dos resultados experimentais obtidos na Estação Experimental para a escala de campo (a exemplo da pesquisa envolvendo a Palma Forrageira e o uso de efluentes de esgotos para a ferti-irrigação de espécies nativas voltadas à recuperação de áreas degradadas e produção madeireira). No âmbito interno, o INSA vem investindo em sua infraestrutura e finalizou no último ano as obras de mais de 25 laboratórios de pesquisas científicas nas áreas de biotecnologia, solos, agricultura e pecuária, em áreas onde outras instituições voltadas à pesquisa para o desenvolvimento do agronegócio não operam. Esses laboratórios são multiusuários e articularão diversas redes de pesquisa que necessitam desse suporte na região. Além disto, está desenvolvendo diversas pesquisas e atualmente tem como suas principais atividades a Gestão de Recursos Hídricos e reuso de água no SAB; Biodiversidade: conservação e uso sustentável no SAB; Desertificação e mudanças climáticas na região do SAB; Gestão da informação e do conhecimento no SAB; Núcleo de desenvolvimento e tecnologia social (NDTS); Sistemas de produção: cultura da palma forrageira; produção animal; aproveitamento agroindustrial de cactáceas.

Na formação e capacitação de recursos humanos, o INSA tem aportado pesquisadores bolsistas, incentivando-os na sua formação, em pós-graduação, em mestrado e doutorado, bem como atraído diversos produtores rurais, vinculados a cooperativas produtivas e aos movimentos sociais no campo (Articulação no Semiárido - ASA, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Sem Terra - MST, entre outros), orientando-os quanto às práticas sustentáveis de convivência com o SAB, bem como práticas ecologicamente corretas de manejo dos recursos naturais. Esses camponeses em articulação com os pesquisadores bolsistas, e com os pesquisadores e tecnologistas do INSA, constituem-se em agricultores experimentadores, também responsáveis pela difusão dos resultados de pesquisa obtidos em suas propriedades, distribuídas nos estados integrantes do SAB.

Infelizmente, esse sistema ainda não pode ser plenamente implantado, estando atualmente em fase de planejamento, devido as restrições orçamentárias e as demais que são impostas pela legislação vigente, especialmente quanto a questões operacionais e contratuais, ante a realidade de informalidade existente em uma região que abrange 1.135 municípios, dispersos em aproximadamente 1 (um) milhão de quilômetros quadrados do território nacional. Atualmente os esforços do Instituto estão no sentido de descobrir quais as alternativas que o emaranhado de leis, decretos, instruções normativas, acordos etc., permitem para que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico possam ser finalmente realizados para aqueles que mais necessitam, mas que estão à margem do regramento formal exigido.

Dinamização de Diretrizes de Ações Estratégicas

Nesse macroprocesso foram empreendidas mudanças estruturais no Plano Diretor da Unidade (PDU 2012-2015). No PDU, as metas passaram a orientar-se por resultados práticos de pesquisa, reduzindo sobremaneira a realização de eventos de difusão da missão institucional do INSA.

A construção deste macroprocesso se deu a partir da conjunção de dois sistemas de gestão:

- a) Gestão de oferta;
- b) Gestão de demanda.

A gestão de oferta consistiu em apresentar a ENCTI aos pesquisadores e bolsistas do INSA. A partir desse momento foi disparado um amplo processo de discussão da ENCTI ante a Missão Institucional do INSA e as possibilidades de investimentos e ação contidos no PPA 2012-2015.

A gestão de demanda consistiu em, após a gestão de oferta, os pesquisadores, em conjunto aos seus bolsistas respectivos, elaboraram um Termo de Compromisso e Gestão Individual (TCGI), onde cada pesquisador assumiu compromisso em executar metas em seu âmbito de especialidade, de forma a cumprir às orientações estabelecidas pela ENCTI.

Após realizado o Termo de Compromisso de Gestão Individual, foi realizada uma consolidação vis a vis com a ENCTI, o PPA e o PDU, resultando em um Termo de Compromisso e Gestão – TCG (<http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/RelAnualTCG-2014.pdf>) para ser pactuado entre a direção da Unidade e o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A proposta orçamentária do INSA para o exercício de 2014 foi realizada já como resultado desse enfoque.

A proposta orçamentária do INSA para o exercício de 2015 foi realizada com o objetivo de continuar as obras de infraestrutura, implantação dos laboratórios, aquisição de mobiliários, equipamentos e contratação de pessoal de apoio (terceirizados) para a ampliação e desenvolvimento das pesquisas relacionadas ao SAB.

Desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa e projetos estruturantes.

Esse macroprocesso tem sido um dos maiores desafios do INSA, visto que uma das maiores características da pesquisa científica está no fato de que não se conhecem os investimentos ou as descobertas a serem realizadas. Se assim não fosse, já não haveria pesquisa visto que tudo estaria conhecido e, portanto, precisamente justificável.

Porém, a legislação vigente exige que tudo esteja previsto, mesmo que o objeto de pesquisa seja naturalmente desconhecido, porque precisa ser pesquisado. De outro lado, muitos dos materiais e locais de realização de pesquisas, não são necessariamente localizados em cidades ou dentro de laboratórios. Alguns locais estão dentro de áreas rurais, em matas de caatinga fechada ou em pequenas unidades familiares de produção rural.

Assim, enquanto se dão as descobertas de uma pesquisa, os investimentos demandados precisam ser realizados, e alguns desses investimentos, precisam ser realizados no momento da observação, podendo ser perdidos e comprometerem a pesquisa, caso não sejam realizados (exemplo: para identificação de uma molécula com possível interesse industrial de uma espécie nativa do SAB, só pode ser realizada quando da ocorrência do florescimento e, a depender da seca, da permanência dessa flor na planta. No entanto, se for para esperar o procedimento licitatório formal, o florescimento já não existiria, resultando em impossibilidade de realização da pesquisa).

3. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

No âmbito administrativo a unidade conta com o CTC, que é uma unidade colegiada, composto por 10 (dez) membros todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, com função de orientação e assessoramento ao diretor, no planejamento das atividades científicas e tecnológicas.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida:	Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida:	Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .				
(3) Neutra:	Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida:	Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .				
(5) Totalmente válido.	Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.				

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

Os canais de acesso disponíveis para a interação dos cidadãos com o Insa são:

- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): por meio deste canal o usuário pode fazer solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, seja por meio do site específico para este fim (<http://www.insa.gov.br/acessoainformacao>), ou diretamente em sua Sede, localizada na Av. Francisco Lopes de Almeida, S/N, Bairro: Serrotão, Campina Grande/PB, no Prédio da administração, na sala 18. Por meio do SIC, o INSA disponibiliza dois e-mails para atender às solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como é possível o acesso diretamente pela plataforma e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) ou através do Portal institucional (www.insa.gov.br).
- Outro canal disponível é o “Contato/Fale Conosco”, também disponível no Portal do INSA. Os contatos dos usuários são realizados por e-mail e respondidos de imediato, com atendimento das solicitações, esclarecimentos e prestação de informações.
- O perfil do INSA nas redes sociais, especialmente no Facebook (www.facebook.com/insamcti), monitorado diariamente pela Assessoria de Comunicação, também tem se constituído em importante canal para acesso direto do cidadão. Todas as perguntas, reclamações e sugestões são acompanhadas indistintamente, com respostas diretas aos cidadãos.
- O Programa Semiárido em Foco (www.insa.gov.br/semiaridoemfoco/), com atividades/encontros realizados semanalmente no auditório do Insa, também tem sido um importante canal de debate, articulação e discussão de temas de interesse para a sociedade do Semiárido. Diversos segmentos da sociedade civil, academia, políticos e representantes de instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia têm sido mobilizados e incentivados a participar e colaborar com o debate democrático e o profícuo confronto de visões e opiniões sobre políticas públicas para o Semiárido brasileiro.

Sobre as estatísticas, em 2014 o Sistema de Acesso ao Cidadão (SIC) do Insa atendeu a 85 perguntas. Destas, apenas 08 (oito) foram enviadas pela plataforma on-line do e-SIC e 77 (setenta e sete) pelo e-mail de contato do “Fale Conosco”, disponível no Portal institucional. Os pedidos de informações foram prontamente atendidos.

A título de complementação, o INSA tem lançado relatórios de atividades anuais em linguagem popularizadas, com versões impressas e digitais (www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Relat%C3%B3rio-2014.pdf).

4.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi elaborada conforme Decreto nº 6932/2009 e sua divulgação é realizada através do Portal institucional no seguinte endereço eletrônico: <http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Carta-de-Serviço-ao-Cidadão1.pdf>.

4.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Até o momento não foi realizado nenhuma pesquisa de satisfação, todavia, o INSA através da Assessoria de Comunicação vem elaborando questionário para tal fim.

4.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Todas as informações referentes à missão, visão, formas de atuação e relatórios de gestão estão disponíveis no endereço www.insa.gov.br. Além disso, diariamente são divulgadas pela Assessoria de Comunicação informações das ações e projetos desenvolvidos no Semiárido brasileiro através do portal, redes sociais e Boletim Informativo Eletrônico, enviado mensalmente para representantes de diversas instituições e organizações sociais, bem como, os diversos públicos de interesse com os quais o Instituto se relaciona (pesquisadores, professores, estudantes, entre outros).

Os relatórios de auditoria de gestão e acórdãos do TCU concernentes ao INSA são divulgados no site do SIC e podem ser acessados no seguinte endereço: http://www.insa.gov.br/acessoainformacao/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=56.

4.5 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

A sede do INSA possuem banheiros (dois) adaptados a cadeirantes, auditório com cadeiras para pessoas obesas e rampas de acesso a cadeirantes. Todos os prédios foram construídos ao nível do solo com acesso por rampas.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

Missão do INSA

Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro, a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região.

Visão de Futuro

Ser um instituto de referência até 2030, por meio de ações de articulação e de execução participativa de estudos e pesquisas, que sejam relevantes para a construção de um semiárido social, econômico e ambientalmente sustentável, valorizando suas potencialidades e a sua contribuição para o desenvolvimento do País, fundados nos princípios democráticos, equidade social, da probidade e excelência na gestão administrativa pública.

No cumprimento da sua missão institucional e, partindo da situação atual na direção da visão de futuro, o INSA adotou na construção do seu planejamento estratégico para o período 2012-2015, e materializado no PDU os mesmos eixos de sustentação, programas e objetivos adotados no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI 2012-2015) adaptado a realidade e as necessidades do Semiárido do Brasil, conforme demonstrado a seguir:

PROGRAMA(S) / OBJETIVO(S)			METAS 2014
PPA 2012-2015	ENCTI 2012-2015	PDU 2012-2015	Descrição e percentual realizado até 2014
Biodiversidade Objetivo: 0191 - Promover o desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	Biodiversidade Objetivo: Ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural.	Biodiversidade e uso sustentável no Semiárido brasileiro Objetivo: Aprofundar o conhecimento sobre a biodiversidade, o uso sustentável e a conservação de ecossistemas do SAB, associado ao avanço no conhecimento científico sobre processos evolutivos que geram e mantêm a diversidade de genes, espécies e ecossistemas.	<p>Meta 1 (concluída - realizada 100% até 2014): Formação de um núcleo de bioprospecção da diversidade florística, genética, cariológica e bioquímica das espécies encontradas nos distintos ambientes do bioma Caatinga, inclusive nos inselberges, para pesquisar seu potencial de uso na alimentação animal e humana, assim como usos de qualquer outra natureza, comerciais ou não, de acordo com a legislação vigente para esse tipo de atividades, visando sua exploração sustentável, especialmente daquelas com utilização tradicional pelas comunidades.</p> <p>Meta 2 (concluída - realizada 100% até 2014): Criação, a partir de 2012, de um cactário no INSA visando contribuir para a conservação <i>ex situ</i> de espécies emblemáticas do bioma Caatinga, para a conservação efetiva, uso sustentável e a redução do risco de extinção dessas espécies no Semiárido brasileiro.</p> <p>Meta 3 (concluída - realizada 100% até 2014): Criação do Núcleo de Biogeoquímica ambiental da região do Semiárido brasileiro até 2014, com capacidade analítica para realizar análises de composição química em matérias de diversa natureza nas várias matrizes ambientais.</p> <p>Meta 7 (concluída - realizada 100% até 2014): Desenvolvimento e implantação até 2013, de um sistema-piloto de produção animal sustentável, nas condições do SAB visando a modelagem de um sistema com sustentabilidade econômica, ambiental e social e viabilidade na inserção de políticas públicas.</p> <p>Meta 8 (concluída - realizada 100% até 2014): Elaboração e implementação de estudos e projetos, a partir de 2012, visando quantificar o potencial, perspectivas e viabilidade de produção das lavouras xerófilas no SAB.</p>
Ciência, Tecnologia e Inovação Objetivo: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir	C,T&I para o Desenvolvimento Social Objetivo: Desenvolver e difundir conhecimento e soluções criativas para a inclusão produtiva e social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da	Agroindústria Objetivo: Realizar estudos e projetos, em parceria com instituições afins, agências de fomento e iniciativa	<p>Meta 1 (cancelada devido à saída do profissional responsável pela meta): Elaboração e implementação de estudos, a partir de 2012, visando quantificar o potencial agroindustrial de cactáceas no SAB, envolvendo a pós-colheita e propriedades funcionais, atividades</p>

<p>de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.</p>	<p>cidadania.</p>	<p>Popularização da C,T&I e melhoria do ensino de ciências</p> <p>Objetivo: Promover a melhoria da educação científica, a popularização da C,T&I e a apropriação social do conhecimento.</p>	<p>privada, para dimensionar o potencial de aproveitamento agroindustrial de cactáceas do Semiárido brasileiro com fins de agregação de valor.</p>	<p>antimicrobianas, biofilmes, armazenamento e caracterização de óleos, com vistas a obtenção de substâncias terapêuticas, antioxidantes e alimentares.</p>
<p>Objetivo: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.</p>	<p>Inclusão produtiva e social</p> <p>Objetivo: Desenvolver e aplicar tecnologias sociais e promover a extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social.</p>	<p>Recursos Minerais (uso sustentável dos recursos minerais do Semiárido brasileiro)</p> <p>Objetivo: Apoiar ações que visem à expansão e organização das atividades voltadas para a exploração dos recursos minerais do Semiárido brasileiro, com vistas à: organização do sistema de produção com a introdução de novos insumos, redução de impactos ambientais, agregação de valor aos seus produtos, aproveitamento de rejeitos/resíduos, aumento da eficiência energética com a devida diversificação em termos de fontes e, fomentação de cooperativismo com expansão de Arranjos Produtivos Locais (APLs).</p>	<p>Meta 2 (cancelada devido à saída do profissional responsável pela meta):</p> <p>Mapear até 2014 as regiões do Semiárido com vocação exploratória de recursos para assim promover a inovação tecnológica, desde a lavra, até a elaboração dos produtos, finais, e intermediários de valor agregado, em bases sustentáveis e racionais.</p>	
<p>Objetivo: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.</p>	<p>Objetivo: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.</p>	<p>Objetivo: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.</p>	<p>Gestão de recursos hídricos e reuso de águas no SAB</p> <p>Objetivo: Articular-se com</p>	<p>Meta 15 (concluída 100% em 2014):</p> <p>Implementação de uma unidade de reuso de água para fins não potáveis no SAB, visando a produção silvícola (especialmente, lenha), forragem e energéticos, até 2014.</p>

tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.		instituições nacionais e internacionais, para implementação de estratégias, mecanismos e arranjos institucionais destinados à viabilização de projetos-piloto de P&D acerca da gestão dos recursos hídricos e do reuso de águas no Semiárido, destinado ao atendimento dos setores agrícola e industrial.	Meta 17 (realizada 75% em 2014): Realização, até 2015, de um estudo prospectivo do potencial de reuso de águas no Semiárido brasileiro.
Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica Objetivo: Fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica, de modo a proporcionar soluções criativas as demandas da sociedade brasileira e uma base robusta ao esforço de inovação.	Infraestrutura de desenvolvimento científico e tecnológico na Sede Administrativa e na Estação Experimental do INSA Objetivo: Ampliar e consolidar a infraestrutura de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do INSA.		Meta 9 (concluída – realizada 100% até 2014): Elaboração de projetos básicos, até 2013, e execução das obras de expansão (4 blocos) e complementação (estacionamento coberto, depósito, sistema de coleta e distribuição de águas pluviais, paisagismo, gerador de energia elétrica, sistema de reuso de águas pluviais e resíduárias), até 2015, na Sede Administrativa do INSA. *Meta 10 (realizada 16% em 2014): Mediante o apoio do MCTI, estabelecer parcerias com instituições governamentais federais e estaduais para elaboração de projeto e execução da obra de pavimentação asfáltica da estrada de acesso à Sede do INSA, extensível a Estação Experimental. **Meta 11 (realizada 66% em 2014): Finalização até 2013, dos laboratórios avançados de CT&I na Estação Experimental do INSA, que possibilitarão o desenvolvimento de pesquisa em parceria com outros atores institucionais associados a temas relevantes no Semiárido brasileiro.

			<p>Meta 12 (realizada 68% em 2014): Elaboração, até 2013, dos projetos básicos e, até 2015, a execução das obras de infraestrutura (vias de acesso, drenagem, captação e utilização de águas pluviais, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, sistema de reuso de águas pluviais e residuárias, fornecimento de energia elétrica, iluminação externa, rede de dados e voz, paisagismo, recuperação do açude principal) e de edificações complementares (garagem, alojamento, refeitório, casa de ferramentas e almoxarifado, depósitos, unidade de beneficiamento de mel, centro de vivência), na Estação Experimental do INSA.</p> <p>Meta 13 (realizada 65% em 2014): Implantação e consolidação, até 2015, na Estação Experimental do INSA, um Centro de Difusão de Inovações Produtivas e de Tecnologias de Convivência com o Semiárido; para o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas de: desertificação; recuperação e manejo de áreas degradadas; ecossistemas e dinâmica da caatinga; diversidade genética animal, vegetal e de microorganismos; recursos hídricos; e uso sustentável da biodiversidade e das potencialidades dos agroecossistemas do Semiárido brasileiro.</p> <p>Formação e capacitação de recursos humanos Objetivo: Desenvolver ações de formação educacional junto aos cursos de nível superior e pós-graduação, bem como em escolas rurais, no âmbito formal e no âmbito não-formal, associando o trabalho produtivo ao conhecimento explícito e tácito no SAB, visando o fortalecimento socioeconômico e o</p> <p>***Meta 18 (sem possibilidade de ser atingida): Até 2015, realizar a incubação de seis Escolas Rurais nos Núcleos de Desertificação, com inserção das propostas de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido.</p> <p>Meta 19 (concluída 100% em 2014): Promoção, até 2015, de vinte cursos regionais para formação de talentos humanos em CT&I para convivência transformadora com o Semiárido brasileiro, em associação com instituições governamentais e não-governamentais.</p> <p>Meta 20 (realizada 90% até 2014): Apoio a nove programas de Pós-Graduação, especialmente aqueles em pequenas Instituições de Ensino Superior (IES), com vistas ao fortalecimento e difusão de estudos científicos, em cada um dos estados do SAB, até 2014.</p>
--	--	--	--

		desenvolvimento humano da população da região.	Meta 21 (realizada 60% até 2014): Construir estratégias metodológicas para abordagem da situação do semiárido com seus diversos atores com interesses em jogo. Meta 22 (realizada 50% até 2014): Aprimoramento do Método Revisão de Experiências com vistas ao futuro (REI-F) para desafiar a relevância geral na época, para o Brasil e em particular para o Semiárido. Meta 25 (realizada 60% até 2014): Institucionalização até 2013, de um Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento, mediante a concepção/aquisição do conjunto de ferramentas computacionais para a sistematização e gestão da informação do Semiárido brasileiro e implantação até 2014 de um portal do conhecimento. Meta 26 (realizada 30% até 2014): Mapeamento, até 2015, nos nove estados do SAB, das potencialidades regionais e locais, mediante a geração de informações relacionadas a temas estratégicos do SAB (aspectos técnicos, sociais, econômicos e ambientais).
Mudanças Climáticas Objetivo: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA). Objetivo: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.	Mudanças climáticas Objetivo: Ampliar a capacidade de resposta aos desafios e as oportunidades associadas às mudanças climáticas.	Desertificação e mudanças climáticas no SAB Objetivo: Articular-se com instituições nacionais e internacionais, para realizar estudos e projetos sobre as dinâmicas do processo de desertificação, estratégias de recuperação, manejo de áreas degradadas e mudanças climáticas no SAB, mediante a realização de debates sobre a temática e difundindo os seus resultados.	Meta 23 (realizada 70% até 2014): Elaboração e implementação de estudos e projetos, a partir de 2012, para o desenvolvimento de um programa de monitoramento sistêmico da dinâmica de desertificação, com informações disponíveis a diferentes públicos, com vistas a oferecer subsídios para a edição de normas técnicas, formulação de políticas públicas e de modelos de manejo, que promovam a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais do SAB.

*Meta 10 – Parte da meta foi concluída pelo Governo do Estado da Paraíba (asfaltamento), o projeto da via privativa de acesso à Sede Experimental do INSA encontra-se em fase de elaboração. Não há previsão para execução da obra por razões de indisponibilidade orçamentária. **Meta 11 – As obras civis dos Laboratórios Miguel Arraes e Celso Furtado foram concluídas, entretanto, para o pleno funcionamento dos laboratórios são necessárias algumas instalações complementares, tais como: centrais de gases especiais, ar comprimido, água destilada, mobiliário, fornecimento ininterrupto de energia elétrica. ***Meta 18 – A meta foi superdimensionada.

No escopo da construção do PDU 2012-2015, e objetivando o cumprimento do seu papel institucional, o INSA estabeleceu na execução de seus programas e projetos estruturantes a realização de 28 metas, cuja execução física pode ser acompanhada pelo TCG 2014 (<http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/RelAnualTCG-2014.pdf>).

PRINCIPAIS DIFICULDADES E AÇÕES MITIGADORAS ADOTADAS

Apesar de a Unidade ter quantificado as metas de acordo com a sua capacidade operacional, administrativa e financeira, no decorrer do exercício foram identificadas algumas dificuldades para atingir os objetivos traçados, sendo necessária adoção de algumas medidas mitigadoras para contorná-las, tais como:

DIFÍCULDADES	AÇÕES MITIGADORAS
Quadro de pessoal insuficiente - problema que ainda persiste.	Na área finalística foi incrementado o número de contratações de pesquisadores bolsistas, enquanto, na área meio houve novas contratações dos aprovados no concurso realizado pelo MCTI. Também foi estimulada a transferência de servidores de outras unidades de pesquisa do MCTI para o INSA.
Mobilidade dos bolsistas.	Em 2014 o INSA dispunha de recursos orçamentários para contratação de bolsistas, para desenvolver atividades de compartilhamento de conhecimentos junto a agricultores experimentadores; porém esta ação não foi possível desenvolve-la em sua totalidade, pois a comprovação de despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem, na economia informal do ambiente rural, não ser reconhecidas pelos órgãos de controle da União. Esses agricultores estão voltados para a produção de alimentos de primeira necessidade, constituindo-se numa estratégia fundamental para o combate à pobreza e à fome. Por outro lado a proximidade do INSA a esses agricultores é fundamental para dar suporte técnico e científico, visando desenvolver em conjunto alternativas de produção sustentável de alimentos.
Falta de conhecimento das leis, normas e regras gerais que rege a administração pública.	Investimento em capacitação dos servidores.
Atendimento das especificidades das demandas de pesquisa (aquisição de alguns materiais de consumo, equipamentos, e contratação de serviços de terceiros) com a legislação	O INSA vem fazendo um trabalho de aproximação com a Consultoria Jurídica da União (CJU) no Estado da Paraíba, objetivando informar de suas ações de pesquisa, das dificuldades encontradas para a realização e quais os prejuízos econômicos,

atualmente em vigor.	sociais e científicos decorrentes da não realização. Então neste contexto, as duas instituições têm construído caminhos e/ou soluções para a execução da pesquisa de forma a atender o que preconiza a legislação.
Obtenção de preços de referencias para aquisição de material de consumo, equipamentos e contratação de serviços de terceiros.	Maior aproximação com os fornecedores e prestadores de serviços.
Dificuldade das contratadas cumprirem os prazos estabelecidos em contratos.	Elaboração de projetos básicos mais consistentes e uma atuação mais efetiva da Fiscalização e da Direção junto a Contratada.

5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.2.1 PROGRAMA TEMÁTICO

Quadro A.5.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2106			
Título	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	13.578.373,00	7.041.973,00	3.346.000,00	3.190.400,00
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	13.578.373,00	7.041.973,00	3.346.000,00	3.190.400,00
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)	
			h.1)Processados	h.2) Não Processados
3.134.449,37	2.732.917,00	2.732.917,00	0,00	401.532,37
i)Despesa Realizada				
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores				
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado
Não processados	626.163,44	470.893,00	470.893,00	109.080,25
Processados	36.512,78	0,00	20.087,18	16.425,60
				0,00
n)Valor a Pagar				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014				
Dotação OFSS		Dotação OI	0,00	Outras Fontes 0,00

Quadro A.5.2.1 (1) – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2021				
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera		a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		12.450.523,00	6.031.045,00	3.335.739,00	3.083.739,00
Orçamento de Investimentos - OI		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00
Total		12.450.523,00	6.031.045,00	3.335.739,00	3.083.739,00
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
3.111.313,79	2.051.675,72	2.051.675,72	0,00	1.059.638,07	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	2.109.570,11	1.884.539,34	1.884.539,34	39.058,67	185.972,10
Processados	54.513,88	54.513,88	54.513,88	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS		Dotação OI	0,00	Outras Fontes	0,00

5.2.1.1 ANÁLISE SITUACIONAL

A cada ano as metas físicas e financeiras estabelecidas no PPA vêm sendo alcançadas a contento. É perceptível a necessidade de incrementos nos valores alocados para atingirmos com maior abrangência as metas estabelecidas em lei para este ano.

As obras para implantação de toda a infraestrutura necessária para abranger todas as pesquisas a serem desenvolvidas no Instituto estão sendo executadas em parcelas bem menores do que as ideais por nossa limitação orçamentária.

Os equipamentos necessários para composição eficaz dos laboratórios também se dá de forma parcelada e de forma morosa pelos mesmos motivos.

Ademais, as metas, dentro das limitações apresentadas e dos parâmetros estabelecidos no PPA, encontram-se em conformidade com o previsto e sendo executadas de forma regular.

5.2.2 AÇÕES

5.2.2.1 AÇÕES - OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação														
Código	20UJ. 24104					Tipo: Atividade								
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido - INSA													
Iniciativa	Administração													
Objetivo	0403 – Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas do MCTI. Código: 0403													
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			Código: 2021	Tipo:									
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI													
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária 2014														
Execução Orçamentária e Financeira														
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014										
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados								
3.283.739,00	3.283.739,00	3.111.313,79	2.051.675,72	2.051.675,72	0,00	1.059.638,07								
Execução Física														
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante										
				Previsto	Reprogramado	Realizado								
Pesquisa Realizada			Und	3	0	3								
Unidade Implantada			Und	1	0	1								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas											
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada								
1.947.149,69	1.757.539,34	3.638,25	-		-	-								

5.2.2.2 AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS

Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação																		
Código	2000. 24101						Tipo: Atividade											
Descrição	M. Ciência e Tecnologia- Administração da Unidade																	
Iniciativa	Não Requer																	
Objetivo	Não Requer			Código:														
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI			Código: 2106		Tipo:												
Unidade Orçamentária	Atividade 24201																	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras																	
Lei Orçamentária Anual - 2014																		
Execução Orçamentária e Financeira																		
Nº do subtítulo/ Localizad or	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014												
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados											
000N	3.346.000,00	3.346.000,00	3.134.449,37	2.732.917,00	2.732.917,00	0,00	401.532,37											
Execução Física da Ação - Metas																		
Nº do subtítulo/ Localizad or	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante													
					Previsto	Reprograma do (*)	Realizado											
000N	Administração da Unidade-INSA			Não Requer	-	-	-											
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores																		
Nº do subtítulo/ Localizad or	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas														
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidad e de medida	Realizada												
0001	626.163,44	470.893,00	109.080,25	-	-	-												

5.2.2.3 AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2C66				Tipo: Des. Científico		
Título	Pesquisa e Desenvolvimento no INSA – Região Nordeste						
Iniciativa	Administração						
Objetivo	Administração		Código: 571				
Programa	2021 / 2106		Código: 571	Tipo: Des.			
Unidade Orçamentária	Científico						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado		
162.415,90	127.000,00	-35.415,90	-	-	-		

Quadro A.5.2.3.3 (1) – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação							
Código	10GU				Tipo: Des. Científico		
Título	Construção e Ampliação da Infraestrutura						
Iniciativa	Administração						
Objetivo	Construção e Ampliação da Infraestrutura			Código:	Tipo: Des.		
Programa	2021			Código:	Tipo: Des.		
Unidade Orçamentária	Científico						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado		
4,52	0,00	4,52	-	-	-		

5.2.2.4 ANÁLISE SITUACIONAL

Anualmente as metas físicas e financeiras estabelecidas no PPA vêm sendo alcançadas conforme planejada; contudo, objetivando a conclusão da infraestrutura de pesquisa é necessário para os próximos exercícios maiores aporte de recursos financeiros (obras e equipamentos).

A maioria da inscrição de restos a pagar vem do fato de parte das despesas serem efetivadas geralmente no último trimestre. Isso ocorre, muitas vezes, por atraso no repasse de orçamento. Com a previsão de execução anual destas despesas, acaba passando de um exercício pro outro e, às vezes, de dois exercícios, impactando na inscrição em restos a pagar. Contudo, tem-se verificado o decréscimo de valores inscritos em restos a pagar processados ou não processados a cada exercício.

5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Diante das estratégias adotadas visando alcançar os objetivos estratégicos do PDU 2012-2015 os resultados alcançados e os impactos obtidos em 2014 foram satisfatórios e estão sumarizados no Item 3 – QUADRO DE OBJETIVOS E METAS do TCG e no Relatório de Atividades 2014.

5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

O instrumento utilizado pelo INSA para o monitoramento e avaliação do modelo de governança é o Termo de Compromisso e Gestão Individual (TCGI), em que o pesquisador quantificava e formalizava perante a Direção qual(is) meta(s) seriam de sua responsabilidade no exercício. O instrumento adotado possui um conjunto de indicadores que permite avaliar além da execução física da(s) meta(s) a financeira possibilitando ao Gestor adotar estratégias ao cumprimento da(s) meta(s). Com os TCGI consolidados de todos os pesquisadores e as diretrizes operacionais da Unidade a Direção do INSA anualmente é firmado com o representante do MCTI o Termo de Compromisso e Gestão (TCG) da unidade (<http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/RelAnualTCG-2014.pdf>) que por sua vez, possui o mesmo conjunto de indicadores do TCGI.

INDICADORES FÍSICO E OPERACIONAIS

1. IGPUB – Índice Geral de Publicações

Memória de Cálculo

IGPUB = NGPUB / TNSE

NGPUB = Número de publicações em periódicos indexados no SCI + número de publicações em periódicos científicos com ISSN + número de publicações em revistas de divulgação nacional ou internacional + número de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional + número de capítulo de livros (NGPB).

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

2. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

Memória de Cálculo

PPACI = Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano (ao menos um documento oficial assinado).

3. PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

Memória de Cálculo

PPACN = Número de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano.

4. PPBD – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

Memória de Cálculo

PPBD = Número de projetos desenvolvidos no ano (PROJ) / Técnicos de nível superior vinculados à pesquisa (TNSEp).

5. ETCO – *Eventos Técnico-Científicos Organizados*

Memória de Cálculo

ETCO = Número de congressos organizados (x 3) (NC) + número de cursos e seminários organizados (NCS) x peso de cada evento (P) / número total de eventos (NTE)

6. ICE – *Índice de Comunicação e Extensão*

Memória de Cálculo

ICE = Número de projetos de educação em ciência, ambiental, patrimonial e de extensão desenvolvidos com recursos garantidos e registrados na respectiva coordenação (NPE) + Número de exposições permanentes, temporárias e itinerantes criadas e com recursos para sua montagem garantidos (NE) + nº de comunicação externa + nº de matérias produzidas e publicadas + nº de textos inseridos no site institucional (x 0,1) (NCE) + Nº de comunicação interna (x 0,1) (NCI) / número de funcionários, bolsistas e cedidos vinculados diretamente à Comunicação e Extensão (FBC).

7. IDCT – *Índice de Divulgação Científica e Tecnológica*

Memória de Cálculo

IDCT = Número de cursos de extensão e divulgação, oficinas, treinamentos, palestras, artigos, entrevistas, demonstrações técnico-científica, comprovados através de documento adequado, realizados no ano por pesquisadores e tecnologistas vinculados às respectivas Coordenações (NDCT) / número de técnicos de nível superior vinculados à pesquisa (TNSE).

8. PctD – *Processos e Técnicas Desenvolvidos*

Memória de Cálculo

PctD = **NPTD** / **TNSE_t**

Unidade: N° de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = N° total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo nº de relatórios finais produzidos.

TNSE_t = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação no INSA, completados ou a completar na vigência do TCG.

9. IPEVN – *Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas*

Memória de Cálculo

IPEVN = Número de mudas formadas de espécies vegetais nativas (NMF) / número de espécies vegetais nativas propagadas para produção de mudas (NEVN).

10. IRAD – *Índice de Recuperação de Áreas Degradas*

Memória de Cálculo

IRAD = **(AEPR/APR)** X 100

Unidade: Índice percentual (Sem casa decimal)

AEPR = Área que está sendo recuperada do total de áreas degradadas previstas para recuperação

APR = Área em estágios variados de degradação dos seus recursos do solo, flora e fauna a ser recuperado com a participação do INSA

INDICADORES ADMINISTRATIVO-FINANCEIROS

11. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

Memória de Cálculo

APD = Somatório das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano (DM) / soma das dotações de Custo e Capital, inclusive das fontes 100 e 150 (OCC).

12. IEO – Índice de Execução Orçamentária

Memória de Cálculo

IEO = Somatório dos valores de custo e capital efetivamente empenhados e liquidados (VOE) / Limite de empenho autorizado (OCCE) x 100.

13. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC

Memória de Cálculo

RRP = Receita Própria Total incluindo a Receita Própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (RPT) / soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as das fontes 150 e 250 (OCC).

INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

14. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento

Memória de Cálculo

ICT = Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano (ACT) / soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as das fontes 150 e 250 (OCC) x 100.

15. PRB – Participação Relativa de Bolsistas

Memória de Cálculo

PRB = Somatório dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano (NTB) / somatório dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano (NTB) + número total de servidores em todas as carreiras, no ano x 100.

16. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

Memória de Cálculo

PRPT = Somatório do pessoal terceirizado, no ano (NPT) / Somatório do pessoal terceirizado, no ano (NPT) + número total de servidores em todas as carreiras, no ano (NTS) x 100

INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

17. IIS_{EP} – Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos

Memória de cálculo

PPlan = Nº de Programas ou Projetos planejados de natureza social.

Não se aplica

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1.1 PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: 24101		Código UO: 24101		UGO: 240114	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		0,00	0,00	4.054.739,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)		0,00	0,00	4.054.739,00	
Dotação final 2013(B)		0,00	0,00	3.988.960,00	
Variação (A/B-1)*100		0,00	0,00	1,65	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		2.575.000,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)		2.575.000,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013(B)		2.680.779,00	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100		-3,94	0,00	0,00	0,00

6.1.1.1 ANÁLISE CRÍTICA

É notório o decremento de dotação orçamentária de nossa UJ no comparativo entre os exercícios de 2013, 2014 e o aprovado para 2015, indo de encontro ao acréscimo de despesas decorrentes do aumento do volume de atividades em nosso órgão e do valor unitário dos custos. A cada ano, a nossa execução aumenta e esbarra no cada vez menor teto orçamentário. Desta forma, as dotações recebidas nos últimos anos foram insuficientes para a implantação da infraestrutura prevista e necessária para o funcionamento pleno do instituto. Se for mantido o mesmo volume de orçamento para os próximos anos, em especial os destinados aos investimentos, para conclusão das obras e aquisição dos equipamentos de pesquisa, o atraso na conclusão das ações de implantação dos laboratórios será ampliado podendo comprometer as atividades do órgão. Fica evidenciada a necessidade de ações mais fortes e eficientes para a manutenção de no mínimo os orçamentos concedidos no exercício anterior.

Em 2014 foram pleiteados, sem êxito, créditos adicionais para execução de despesas concretas além de passarmos no final do exercício por períodos de cancelamentos e remanejamento de teto orçamentário dentro do nosso Ministério para cumprir as metas estabelecidas nos decretos presidenciais.

6.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	240114	240120	19571202120V70001	0,00	0,00	52.000,00
Recebidos	240113	240114	19571202120V70001	0,00	0,00	52.000,00
Recebidos	240102	240114	19122210620000001	0,00	0,00	3.206.000,00
Recebidos	240102	240114	19571202120UJ0001	0,00	0,00	848.739,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos					0,00	0,00
Recebidos	240102	240114	19122210620000001	140.000,00	0,00	0,00
Recebidos	240102	240114	19571202120UJ0001	735.000,00	0,00	0,00
Recebidos	240102	240114	19571202120UJ0002	1.700.000,00	0,00	0,00
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

6.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA

6.1.3.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:24101		Código UO: 24101		UGO: 240114
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.962.394,43	2.827.524,08	3.962.394,43	2.773.010,20
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	1.095.405,15	356.990,17	1.095.405,15	356.990,17
d) Pregão	2.866.989,28	2.470.533,91	2.866.989,28	2.416.020,03
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	570.454,54	322.900,13	570.454,54	322.900,13
h) Dispensa	425.866,56	253.106,22	425.866,56	253.106,22
i) Inexigibilidade	144.587,98	69.793,91	144.587,98	69.793,91
3. Regime de Execução Especial	32.856,27	31.084,75	32.856,27	31.084,75
j) Suprimento de Fundos	32.856,27	31.084,75	32.856,27	31.084,75
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	42.767,25	47.663,15	42.767,25	47.663,15
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	42.767,25	47.663,15	42.767,25	47.663,15
5. Outros	218.887,48	216.342,65	218.887,48	216.342,65
6. Total (1+2+3+4+5)	4.827.359,97	3.445.514,76	4.827.359,97	3.391.000,88

**6.1.3.2 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –
 CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA
 UJ**

Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: 24101		Código UO: 24101		UGO: 240114	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.962.394,43	2.827.524,08	3.962.394,43	2.773.010,20	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	1.095.405,15	356.990,17	1.095.405,15	356.990,17	
d) Pregão	2.866.989,28	2.470.533,91	2.866.989,28	2.416.020,03	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	570.454,54	322.900,13	570.454,54	322.900,13	
h) Dispensa	425.866,56	253.106,22	425.866,56	253.106,22	
i) Inexigibilidade	144.587,98	69.793,91	144.587,98	69.793,91	
3. Regime de Execução Especial	32.856,27	31.084,75	32.856,27	31.084,75	
j) Suprimento de Fundos	32.856,27	31.084,75	32.856,27	31.084,75	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	42.767,25	47.663,15	42.767,25	47.663,15	
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	
l) Diárias	42.767,25	47.663,15	42.767,25	47.663,15	
5. Outros	218.887,48	216.342,65	218.887,48	216.342,65	
6. Total (1+2+3+4+5)	4.827.359,97	3.445.514,76	4.827.359,97	3.391.000,88	

6.1.3.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: 24101				Código UO: 24101		UGO: 240114		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.919.999,70	1.563.669,73	1.855.602,65	1.550.893,73	64.397,05	12.776,00	1.855.602,65	1.550.893,73
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	790.318,41	751.151,56	447.445,32	537.310,92	342.873,09	213.840,64	447.445,32	537.310,92
30 - MATERIA DE CONSUMO	606.936,31	587.015,16	362.779,38	192.378,39	244.156,93	394.636,77	362.779,38	192.378,39
Demais elementos do grupo	353.724,81	351.444,00	329.674,36	332.275,57	24.050,45	19.168,43	329.674,36	332.275,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	1.699.999,78	1.646.739,67	1.163.655,94	356.990,17	536.343,84	1.289.749,50	1.163.655,94	356.990,17
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	723.284,15	654.982,85	534.526,99	422.386,66	188.757,16	232.596,19	534.526,99	367.872,78
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	151.500,00	202.000,00	90.908,08	0,00	60.591,92	202.000,00	90.908,08	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	5.616,17	0,00	5616,17	0,00	0,00	0,00	5616,17
5. Inversões Financeiras								

1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: 24101				Código UO: 24101		UGO: 240114		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.919.999,70	1.563.669,73	1.855.602,65	1.550.893,73	64.397,05	12.776,00	1.855.602,65	1.550.893,73
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	790.318,41	751.151,56	447.445,32	537.310,92	342.873,09	213.840,64	447.445,32	537.310,92
30 – MATERIA DE CONSUMO	606.936,31	587.015,16	362.779,38	192.378,39	244.156,93	394.636,77	362.779,38	192.378,39
Demais elementos do grupo	353.724,81	351.444,00	329.674,36	332.275,57	24.050,45	19.168,43	329.674,36	332.275,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	1.699.999,78	1.646.739,67	1.163.655,94	356.990,17	536.343,84	1.289.749,50	1.163.655,94	356.990,17
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL	723.284,15	654.982,85	534.526,99	422.386,66	188.757,16	232.596,19	534.526,99	367.872,78

PERMANENTE								
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	151.500,00	202.000,00	90.908,08	0,00	60.591,92	202.000,00	90.908,08	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	5.616,17	0,00	5616,17	0,00	0,00	0,00	5616,17
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3.5 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.962.394,43	2.827.524,08	3.962.394,43	2.773.010,20
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	1.095.405,15	356.990,17	1.095.405,15	356.990,17
d) Pregão	2.866.989,28	2.470.533,91	2.866.989,28	2.416.020,03
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	570.454,54	322.900,13	570.454,54	322.900,13
h) Dispensa	425.866,56	253.106,22	425.866,56	253.106,22
i) Inexigibilidade	144.587,98	69.793,91	144.587,98	69.793,91
3. Regime de Execução Especial	32.856,27	31.084,75	32.856,27	31.084,75
j) Suprimento de Fundos	32.856,27	31.084,75	32.856,27	31.084,75
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	42.767,25	47.663,15	42.767,25	47.663,15
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	42.767,25	47.663,15	42.767,25	47.663,15
5. Outros	218.887,48	216.342,65	218.887,48	216.342,65
6. Total (1+2+3+4+5)	4.827.359,97	3.445.514,76	4.827.359,97	3.391.000,88

6.1.3.6 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.919.999,70	1.563.669,73	1.855.602,65	1.550.893,73	64.397,05	12.776,00	1.855.602,65	1.550.893,73
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	790.318,41	751.151,56	447.445,32	537.310,92	342.873,09	213.840,64	447.445,32	537.310,92
30 – MATERIA DE CONSUMO	606.936,31	587.015,16	362.779,38	192.378,39	244.156,93	394.636,77	362.779,38	192.378,39
Demais elementos do grupo	353.724,81	351.444,00	329.674,36	332.275,57	24.050,45	19.168,43	329.674,36	332.275,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	1.699.999,78	1.646.739,67	1.163.655,94	356.990,17	536.343,84	1.289.749,50	1.163.655,94	356.990,17
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	723.284,15	654.982,85	534.526,99	422.386,66	188.757,16	232.596,19	534.526,99	367.872,78
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	151.500,00	202.000,00	90.908,08	0,00	60.591,92	202.000,00	90.908,08	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	5.616,17	0,00	5616,17	0,00	0,00	0,00	5616,17

5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3.7 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

A cada ano a execução das despesas tem aumentado. Em 2014 a execução orçamentária de despesas de capital foi quase a integralidade do disponibilizado pra nós no decorrer do exercício. Foram solicitados incrementos no decorrer do ano para este grupo de despesas, mas não foram concedidas. Por precaução, foram sendo deixadas reservas nas despesas correntes para a cobertura de eventualidades. Mesmo assim, a execução orçamentária no ano de 2014 foi a melhor do INSA, restando à execução de um pouco mais de R\$300.000,00 de custeio e de apenas R\$1.000,00 de capital, em um total de orçamento anual em torno de R\$ 6.500.000,00.

6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Durante o exercício só foram realizadas despesas para dar conhecimento de publicidade de termos de cooperação técnica, editais e avisos, com o objetivo de atender a prescrições legais.

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	19122210620000001	R\$ 13.200,00	R\$ 10.542,17
Mercadológica			
Utilidade pública			

6.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.364.767,53	2.102.667,56	-36.659,36	225.440,61
2012	370.966,02	252.764,78	-111.479,56	6.721,68
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	54.513,88	54.513,88	0,00	0,00
2012	36.512,78	20.087,18	-16.425,60	0,00
2009	40,37	0,00	-40,37	0,00
2008	8.381,50	0,00	-8.381,50	0,00

6.3.1 ANÁLISE CRÍTICA

A maioria da inscrição de restos a pagar vem do fato de parte das despesas serem efetivadas no último trimestre. Isso ocorre, muitas vezes, por atraso no repasse de orçamento. Com a previsão de execução anual destas despesas, acaba passando de um exercício pro outro e, às vezes, de dois exercícios, impactando na inscrição em restos a pagar.

Contudo, não há impacto no financeiro e as despesas assim que liquidadas são pagas normalmente. Mesmo assim, é facilmente verificado o decréscimo de valores inscritos em restos a pagar processados ou não processados.

6.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.4.1 CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	240114	INSA/MCTI			09	R\$ 59.000,00	R\$ 8.000,00
2013	240114	INSA/MCTI			07	R\$ 51.000,00	R\$ 8.000,00
2012	240114	INSA/MCTI			05	R\$ 29.151,54	R\$ 8.000,00

Fonte: Siafi Gerencial / Siafi

6.4.2 UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI	Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				Total (a+b)
				Saque		Fatura		
Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	Total (a+b)	
2014	240114	INSA/MCTI		04	1.120,80	31.735,47	32.856,27	
2013	240114	INSA/MCTI		09	2.816,24	29.432,39	32.248,63	

Fonte: Siafi Gerencial / Siafi

6.4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
240114	INSA/MCTI	339030 – MATERIAL DE CONSUMO	03	40,00
			09	212,11
			11	392,00
			16	344,10
			19	2.655,35
			21	1.999,06
			22	560,00
			23	72,50
			24	11.014,80
			25	1.024,55
			26	3581,90
			28	710,50
			35	350,00
			39	175,00
			42	1.235,10
			50	148,00
			TOTAL	24.514,97
		339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	05	858,80
			14	693,00
			16	2.013,00
			17	3.578,00
			20	452,00
			47	48,00
			59	160,00
			63	336,50
			82	150,00
			83	52,00
			TOTAL	8.341,30

6.4.4 ANÁLISE CRÍTICA

No INSA utilizamos sistematicamente apenas três cartões corporativos. Os supridos utilizam os cartões mediante prévia concordância do Ordenador de Despesas e sua utilização vem sendo controlada e acompanhada de forma a manter sua utilização apenas nas despesas previstas.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

7.1.1 DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		31	2	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		1		
4. Total de Servidores (1+2+3)		32	2	1

Fonte: CGRH-MCTI

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	20	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	
4. Total de Servidores (1+2+3)	21	11

Fonte: CGRH-MCTI

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		4	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		1		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		4	1	1

Fonte: CGRH-MCTI

Análise Crítica

A quantidade de servidores disponíveis no INSA está aquém da necessária, em especial para as pesquisas. Em setembro de 2014 quando da visita do Sr. Ministro ao INSA foi apresentada uma demanda de pessoal da ordem de 31 novos servidores, sendo: 12 profissionais para área fim (Pesquisadores e Tecnologistas) e 19 para área meio (Analista, Assistente e Técnico).

Em 2014 um servidor da área meio foi cedido a Advocacia Geral da União causando impacto negativo na força de trabalho da Unidade.

7.1.2 QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A qualificação da força de trabalho do INSA esta sumarizada na tabela abaixo, e segundo nossa avaliação é considerada muito boa, visto que todos os servidores possuem qualificação superior ao exigido para seus cargos. Importa destacar que na área meio temos 4 servidores com nível médio, 8 com graduação, 6 com pós graduação, 2 mestres e 1 doutor. Já na área fim temos 7 doutores e 4 mestres.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	4	8	6	6	5
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	3

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

No exercício a quantidade de cursos ofertados para treinamento e capacitação correspondeu ao total de 09 (nove), sendo 02 (dois) destinados à atividade fim e o restante a atividade meio.

7.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014									
	2013									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	1.527.120,00		1.711.291,20	52.393,68		17.104,32			3.307.909,20
	2013	1.309.730,28		518.652,08	54.037,80					1.882.420,16
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada REQ/EX.PROV/DESCENT										
Exercícios	2014	294.490,56								294.490,56
	2013									
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2014	125.155,80								125.155,80
	2013									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2014									
	2013									
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2014									
	2013									
Empregados Públicos										
Exercícios	2014									
	2013									

Fonte: CGRH-MCTI

7.1.3.1 TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Apoio Administrativo I	0	0	3		
Apoio Administrativo II	0	0	3		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Foram desligados os nove colaboradores para a nomeação dos novos concursados, que preencheram todas as vagas. Portaria nº 551 de 08/12/2011 - MCTI					

Fonte: RH/INSA

7.1.4 RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS

A unidade tem dificuldade em consolidar o seu quadro de servidores para exercer e atender plenamente seu papel institucional já que há a existência da figura do “SERVIDOR CONCURSEIRO”; geralmente, estes ingressam no serviço público através de concurso para um nível (cargo) muito aquém da sua qualificação. Após um período, estes se submetem a outros concursos em nível compatível com sua qualificação e ou com salários mais vantajosos, deixando a vacância do cargo. Atualmente na unidade vários servidores enquadram-se nessa categoria, muitos deles já galgaram êxitos em outros concursos aguardando apenas sua nomeação; então todo o investimento em tempo e treinamento destes servidores, visando elevar o INSA a um patamar de excelência nas atividades administrativas estão sendo perdidas. Até o final do exercício o INSA já tinha perdido dois servidores que ingressaram no quadro no ano de 2013. E atualmente continuamos com este quadro e previsão de novas perdas de pessoal.

Outro ponto que tem comprometido a consolidação do quadro de pessoal é a solicitação de transferência de vários servidores para outras unidades de pesquisa do MCTI e/ou para outros órgãos da esfera federal. Atualmente, a diretoria vem negando sistematicamente esses pedidos.

7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

7.2.1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Nacional do Semiárido														
UG/Gestão: 240114 CNPJ: 01.263.896/0019-93														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Início	Fim	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit	
								F		M		S		
								P	C	P	C	P		C
2012	L	O	Contrato nº 10/2012	03.325.436/0001-49	01/01/2013	31/12/2015		33		16		4	A	
2013	V	O	Contrato nº 08/2013	02.322.136/0001-43	15/10/2013	14/10/2015 (aditivo)	0	0	20	16	0	0	P	
Observações: (Serviço de limpeza e manutenção): De acordo com o contrato, o nível de escolaridade exigido está atualmente disposto da seguinte forma:														
Encarregado – 01 posto (previsto) - Nível Médio Completo - Atendido Auxiliar de Serviços Gerais - 47 postos (previstos) sendo 42 postos ocupados - Sem nível de escolaridade exigido Telefonista - 2 postos (previsto) - Nível Médio completo - Experiência comprovada (1 ano) - Atendido Cozinheira - 1 posto (previsto) - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (2 anos) - Atendido Técnico de manutenção - 4 postos (previsto) - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (2 anos) - Atendido Motorista - 4 postos - (previsto) - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (5 anos) - Atendido Tratorista - 1 posto - (previsto) - Nível Fundamental completo - Experiência comprovada (5 anos) - Atendido Secretária nível II - 3 postos (03, previsto atualmente devido aditivo no contrato) - Nível Médio completo - Experiência comprovada (2 anos) - Atendido Secretária nível I - 1 posto (1, previsto atualmente devido supressão ao contrato) - Nível Médio completo ou Superior - Experiência comprovada (3 anos) acrescido de curso de qualificação até 200 horas – Atendido														
Observações: (Serviço de vigilância) Vigilante- 20 postos-(previsto)- 16 postos (ocupado)- Nível Médio completo														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

7.2.2 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Instituto Nacional do Semiárido

UG/Gestão: 240114

CNPJ: 01.263.896/0019-93

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	D	O	Contrato nº 04/2014	09.036.467/0001-66	31/03/2014	30/03/2015							01	A
2014	E	O	Contrato nº 02/2014	CPF: 025.533.764-72	12/02/2014	11/02/2015							01	A

Observações:

Observações: Engenheiro - 01 posto; Designer Gráfico - 01 posto.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental;
(M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P)
Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no
contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: RH-INSA

7.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 7.2.1 E 7.2.2

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra de vigilantes e de limpeza e manutenção estão sendo executados conforme previsto em contrato. Contudo, uma dificuldade é a pontualidade do pagamento e/ou recebimento dos vales alimentação; em algumas ocasiões registram-se esta ocorrência e a Administração, através do Fiscal atuou frente à contratada, sendo prontamente atendido.

7.2.4 CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	4	4	3	2	15.712,54
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	0	0	1	1	1.980,00
3. Total (1+2)	4	4	3	2	17.692,54

Fonte: CGRH-MCTI

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A gestão da frota do INSA é realizada pela área de transportes, tendo dois servidores responsáveis pela organização de solicitações de viagens e saídas de veículos e os dois pela manutenção dos veículos. Cabe aos usuários (motoristas e servidores) o fiel cumprimento das normas para sua utilização atendendo o Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008 e a Portaria INSA Nº 16/2011.

Atualmente, a frota de veículos do INSA é composta por 17 veículos automotores (sendo 2 deles não mais utilizados) que desempenham papel fundamental nas atividades de Pesquisa e apoio à Administração. Na área da Pesquisa, as principais atividades são de deslocamento de pesquisadores para as áreas de experimentos, e transporte de máquinas e equipamentos até as unidades de pesquisa. Na área Administrativa, é realizado o transporte de materiais e servidores nas atividades relacionadas a serviços bancários, correios, pesquisas de preço, dentre outros.

Segundo o Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os veículos do INSA enquadram-se na categoria “veículos de serviços comuns”, e os atuais modelos presentes no Instituto são:

Marca / Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Placa	Renavam	CNPJ Vinculado	Uso
FIAT Fiorino Flex	2009	2010	MNZ 5391	19172779-2	08.846.230/0001-88	Sim
FIAT Palio Weekend HLX Flex	2005	2005	MMZ 5161	84704542-0	08.846.230/0001-88	Sim
FIAT Palio Weekend Adventure Flex	2004	2005	MNB 7887	83282242-6	08.846.230/0001-88	Sim
Marcopolo / Volare W9 ON	2010	2010	NQD 8899	19702947-7	08.846.230/0001-88	Sim
VW / 8.150 E Delivery Plus	2010	2010	NQD 5667	22922313-3	08.846.230/0001-88	Sim
Ford / Ranger XL 12P	2005	2005	MND 1135	853766550	08.846.230/0001-88	Não
Ford / Ranger XL 13P	2005	2005	MND 1105	853766150	08.846.230/0001-88	Não
Mitsubishi / Pajero TR4 Flex HP	2011	2011	MON 4221	28494926-4	01.263.896/0019-93	Sim
VW / 13.180 Euro 3 Worker carroceria Fechada	2011	2011	NPY 0393	31219754-3	01.263.896/0019-93	Sim
Toyota Hilux	2010	2010	NQI 5030	19250447-9	01.263.896/0019-93	Sim
Nissan – Frontier	2008	2008	MOD 7973	96088693-1	01.263.896/0019-93	Sim
Nissan – Frontier Attack	2013	2014	OGB 2448	56644876-9	08.846.230/0001-88	Sim
Nissan – Frontier Attack	2013	2014	OGB 2458	56644880-7	08.846.230/0001-88	Sim
Peugeot / Boxer M330M HDI	2007	2008	MOT 8097	94446866-7	01.263.896/0019-93	Sim
Honda / NXR150 BROS ESD	2008	2008	MOR 7275	99135747-7	01.263.896/0019-93	Sim
NXR150 BROS ESD	2014	2014	QFH7190	0102671072-0	01.263.896/0019-93	Sim
NXR150 BROS ESD	2014	2014	QFH7130	0102670749-5	01.263.896/0019-93	sim

A média anual de quilômetros rodados pelos veículos é de 16.985 (dezesseis mil, novecentos e oitenta e cinco), sendo a idade média da frota de 5 anos.

No exercício 2014, os gastos com combustíveis foram de R\$ 51.681,63 (cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), manutenção de R\$ 17.344,00 (dezessete mil, trezentos e quarenta e quatro reais) e fornecimento de peças de R\$ 45.231,08 (quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e oito centavos), totalizando R\$ 62.575,08 (sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

No momento não existe um plano de substituição da frota e estuda-se a viabilidade de locação de veículos para substituir os atuais.

VEÍCULOS LOCADOS

Na Unidade existe um contrato de locação de 1 (um) ônibus para transporte de servidores e colaboradores, autorizado pelo Aviso 265/2011-MP, nos termos do disposto no parágrafo 3º. do art. 5º. do Decreto 7.446/2011. A contratada é a M. L. Tomaz Transportes de Cargas e Passageiros, CNPJ: 10.455.481/000183, vencedora do Pregão eletrônico, Contrato 03/2012, com aditivo de vigência de 01/03/2014 a 01/03/2015, no valor total de R\$ 127.217,22 (cento e vinte e sete mil, duzentos e dezessete reais e vinte e dois centavos). No exercício de 2014, foram pagos R\$ 114.137,38 (cento e quatorze mil, cento e trinta e sete reais e trinta e oito centavos).

Outro contrato firmado pelo INSA para aluguel de veículos foi com a empresa Hugo Pires Torres Jerônimo Leite – ME, inscrita no CNPJ no 02.267.143/0001-90, vencedora do Pregão eletrônico no 201/2013, com fundamento na Lei no 8.666/93, no Decreto Nº 2.271/97 e na Instrução Normativa SLTI / MPOG nº 2 de 30 de Abril de 2008. No exercício de 2014, foi pago o valor de R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Paraíba	1	1
	Campina Grande	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: INSA

8.2.2 IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
INSA	198100079.500-2	Entrega – Adm. Federal Direta	Regular	4.336.285,20	28/08/2012	4.376.549,46	1.973.020,00	
Total							1.973.020,00	0,00
Fonte: INSA e SPIUNET								

8.2.3 ANÁLISE CRÍTICA

A Sede Administrativa do INSA funciona em uma área de 100 hectares que foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Governo do Estado da Paraíba, através do Decreto nº 26.554, de 18 de novembro de 2005 e, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, nº 13.082 em 19 de Novembro de 2005. No entanto, a utilização da referida área pelo INSA carece de regularização. Após algumas reuniões com a atual gestão, o Governo do Estado, emitiu o **Termo de Cessão de Uso Nº 31/2013**, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 30 de outubro de 2013, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) anos para uso da área pelo INSA. Isso porque tramita na justiça processo contra Governo do Estado, onde o proprietário questiona o valor da desapropriação.

Em 2014 foram enviados o Ofício nº 140/2014 – GAB/INSA, de 17/06/14 e o Ofício nº 325/2014 – GAB/INSA, de 19/12/214 à Superintendência do Patrimônio da União solicitando parecer referente à necessidade/obrigatoriedade de Registro Imobiliário Patrimonial - RIP para esta área. No entanto, até a presente data, não obtivemos resposta aos referidos ofícios.

No imóvel denominado Estação Experimental (RIP 198100079.500-2) foram executadas várias obras novas, com aporte de recursos da ordem de R\$ 1.973.020, (um milhão, novecentos e setenta e três mil, e vinte reais), em 2014 com destaque para drenagem, pavimentação, água, esgoto, energia elétrica, combate a incêndio, dados e voz e caixa d'água para adequar principalmente os dois complexos labororiais de infraestrutura.

As informações constantes deste relatório com relação aos valores do imóvel sob responsabilidade desta UJ foram fornecidas pela Superintendência do Patrimônio Público da União na Paraíba – SPU/PB, que disponibilizou profissional competente para avaliar o referido imóvel, uma vez que o INSA não possui em seus quadros, engenheiro habilitado para tal atividade.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

SISTEMAS COMPUTACIONAIS

O INSA tem como uma de suas principais ferramentas de gestão de projetos o SIGTEC – Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas, hoje uma aplicação Web, desenvolvida pelo CTI e que se destina a apoiar as entidades do Ministério através do registro estruturado das informações em gestão e tecnologia, da interação através de ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados. Outra característica do sistema é a obtenção dos indicadores do TCG a partir das informações registradas no sistema. O sistema possui 04 (quatro) principais funcionalidades: Gestão de projetos, Gestão Administrativa, Gestão de estoque e Gestão de patrimônios.

Outra ferramenta que está em fase de conclusão em seu desenvolvimento é o SIGSAB - Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro. Visa reunir e disponibilizar informações e o conhecimento gerado na região semiárida. Projetado para operar em uma plataforma web, o SIGSAB reúne e disponibiliza informações econômicas, sociais, ambientais e de infraestrutura da região semiárida. Também possui como objetivo divulgar experiências, conhecimentos e estudos como forma de gerar novos dados no campo da ciência, tecnologia e inovação. Contribui na definição de políticas públicas, investimentos (públicos e privados), planejamentos e no uso sustentável dos recursos disponíveis no Semiárido brasileiro.

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
11 / 2012	Manutenção de sistemas legados críticos. Desenvolvimento do SIGSAB	2014	01.645.738/0001-79	Politec Tecnologia da Informação S.A.	R\$ 333.281,25	R\$ 202.000,00
11 / 2012	Celebração de Termo de cooperação técnica Metro-CG / Parque Tecnológico da Paraíba - PAQTCPB	2014	09.261.843/0001-16	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PAQTCPB	R\$ 53.640,00	R\$ 40.833,76
Ata de RP PE 11/2013	Aquisição de servidor de aplicação para o projeto SIGSAB	2014	03.263.975/0001-09	Systech Sistemas e Tecnologia em Informática LTDA	R\$ 41.768,00	R\$ 41.768,00
Autorização de fornecimento CE 28/2014	Aquisição de pentes de memória para os servidores de aplicação do INSA	2014	65.529.489/0001-39	Compuset Informática LTDA – ME	R\$ 5.536,80	R\$ 0,00
Autorização de fornecimento CE 16/2014	Aquisição de suprimentos de informática - cartuchos, tonners e cabeçotes	2014	16.841.931/0001-52	SET - Soluções Educacionais e Tecnologias	R\$ 15.540,73	R\$ 0,00
Autorização de fornecimento CE 16/2014	Aquisição de suprimentos de informática - cartuchos	2014	03.282.504/0001-30	Luiz Antônio Rodrigues de Vincenzi - ME (Gabi Informática)	R\$ 400,00	R\$ 0,00

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL RENOVÁVEIS E

10.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL RENOVÁVEIS E

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

	Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		X
Considerações Gerais			

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93

Todos ocupantes de cargos comissionados da unidade autorizam, com base na Lei N° 8.429 de 2 de junho de 1992 e no Decreto N° 5.483 de 30 de junho de 2005, o MCTI a realizar consulta as declarações anuais de bens e renda diretamente junto a Secretaria da Receita Federal.

11.1.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigaçāo de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	3
	Entregaram a DBR	1	1	3
	Não cumpriram a obrigação			

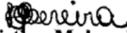
11.2 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, INESCA CRISTINA MALAQUIAS PEREIRA, CPF nº 049.433.154-29, Auxiliar de C&T, exercido no Instituto Nacional do Semiárido, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campina Grande, 02 de março de 2015.


Inesca Cristina Malaquias Pereira
049.433.154-29
Assitente Técnica/INSA

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

A depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil, ou seja, o registro da redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

A amortização consiste na alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil, ou seja, o reconhecimento da preda do valor do ativo ao longo do tempo.

Exaustão é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais.

As normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) introduziu o registro da depreciação, amortização e exaustão, bem como avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. As Resoluções nº 1.136 e 1.137/2008 editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituíram as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica 16.9 e 16.10 (NBC T 16.9 e 16.10) com o objetivo de estabelecer os critérios e procedimentos para a adoção da prática da depreciação, amortização e exaustão, assim como a avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público, garantindo a correta evidenciação do patrimônio público.

Com o intuito de padronizar e orientar as Unidades Gestoras da administração pública direta da união, suas autarquias e fundações a Secretaria do Tesouro Nacional definiu no Manual SIAFI Web os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão por meio da Macrofunção 02.03.30, ficando estabelecida a aplicação da mudança de critério contábil a partir do exercício contábil de 2010.

Assim, durante o exercício de 2010, a área responsável pelo controle patrimonial do Instituto Nacional do Semiárido – INSA iniciou o procedimento de depreciação pelos bens adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que os mesmos já apresentavam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Para os bens adquiridos em exercícios anteriores ficou estabelecido um cronograma limite por conta contábil devidamente acatado pela Unidade, conforme abaixo:

Conta	Título	Prazo Máximo
14.212.02.00	AERONAVES	2011
14.212.20.00	EMBARCAÇÕES	2011
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	2011
14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	2011
14.212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2012
14.212.28.00	MÁQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA	2012

	INDUSTRIAL	
14.212.08.00	APAR., EQUIP. E UTENS. MÉD.ODONT., LAB. E HOSP.	2013
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	2013
DEMAIS	A CRITÉRIO DE CADA UNIDADE	EM ABERTO

Com referência a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem se utilizou o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também foi padronizado, conforme especificado na tabela abaixo:

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
14.212.02.00	AERONAVES	-	-
14.212.04.00	APARELHOS DE MEDAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14.212.06.00	APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14.212.08.00	APAR.EQUIP.UTENS.MÉD.ODONT.LABOR E HOSP.	15	20%
14.212.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
14.212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14.212.13.00	ARMAZÉNS ESTRUTURAIS-COBERT. DE LONA	10	10%
14.212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14.212.16.00	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	-	-
14.212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
14.212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14.212.20.00	EMBARCAÇÕES	-	-
14.212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAM.	20	10%
14.212.24.00	EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGUR. E SOCORRO	10	10%
14.212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
14.212.28.00	MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTR.	20	10%
14.212.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
14.212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14.212.33.00	EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
14.212.34.00	MÁQUINAS, UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	10	10%
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	5	10%
14.212.36.00	MÁQUINAS, INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
14.212.38.00	MÁQUINAS, FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10	10%
14.212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14.212.40.00	MÁQ.EQUIP.UTENS.AGRIC.AGROP. E RODOV.	10	10%
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14.212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
14.212.46.00	SEMOVENTES E EQUIP. DE MONTARIA	10	10%
14.212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14.212.49.00	EQUIP.E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
14.212.50.00	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
14.212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
14.212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14.212.54.00	EQUIP., PEÇAS E ACESS. AERONÁUTICOS	30	10%

14.212.56.00	EQUIP., PEÇAS E ACESS. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
14.212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
14.212.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14.212.60.00	EQUIP., PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
14.212.83.00	EQUIP.E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	10	10%

Cabe ressaltar que as contas 14.212.02.00, 14.212.16.00 e 14.212.20.00 não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficou a critério dos órgãos que possuem tais bens. Já a conta 14.212.44.00 não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

Os métodos de depreciação, amortização e exaustão são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente. Com referência ao método de cálculo dos encargos de depreciação indicado para utilização no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional foi o das quotas constantes, já que a informação deverá ser consistente e comparável, devendo constar em Notas Explicativas.

A depreciação é iniciada no mês seguinte à aquisição, incorporação e/ou sua efetiva utilização, não havendo depreciação em fração menor que um mês, sendo reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo se iguale ao valor residual.

As taxas utilizadas para os cálculos são aplicadas com base no período de vida útil padrão, levando-se em conta o valor residual a fim de se obter a taxa anual de depreciação, sendo que os cálculos e registros são realizados mensalmente.

$$\text{Quota de Depreciação Periódica} = \frac{\text{Custo} - \text{Valor Residual}}{\text{nº de períodos de vida útil estimada}} \\ (\text{anual ou mensal}) \qquad \qquad \qquad (\text{em anos ou meses})$$

A metodologia adotada pela comissão designada para realizar o procedimento de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado e do intangível envolveu uma ampla pesquisa de preços no mercado, levando-se em consideração todas as condições físicas dos bens, por meio de consulta a endereços eletrônicos especializados em cotação de produtos, como por exemplo, o sitio www.mercadolivre.com.br, bem como empresas especializadas em comercialização de móveis usados, através de pesquisas via internet, fac-simile, mensagens eletrônicas e, em algumas situações especiais foi utilizado o próprio método da depreciação, tendo como referência o valor de um bem novo similar no mercado.

Conforme dispõe o Art. 104 da Lei nº 4.320/64: “a demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”. Para Kohama (2009, p. 178) a variação patrimonial está definida como: A alteração de valor, de qualquer elemento do patrimônio público, por alienação, aquisição, dívida contraída, dívida liquidada, depreciação ou valorização, amortização, superveniência, insubsistência, efeitos da execução orçamentária e resultado do exercício financeiro (KOHAMA, 2009).

Pode-se deduzir que a forma como a avaliação do bem é executada e a maneira como a depreciação é calculada definirão o impacto no patrimônio do órgão. O viés sugerido à comissão que realizou tais procedimentos pode desvirtuar os resultados finais obtidos, não evidenciando corretamente o patrimônio. O princípio da essência sobre a

forma sugere uma quantia de subjetividade, que pode ser elevada e prejudicial, no processo de julgamento.

Contudo, não é pretensão da administração pública trazer a valor presente uma situação patrimonial 100% correta, mesmo porque na área de ciência, tecnologia e inovação o quantitativo de máquinas e equipamentos importados é grande e muitos já são ultrapassados, mas continuam sendo utilizados.

De acordo com o calendário oferecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a área patrimonial do INSA basicamente concluiu grande parte dos procedimentos contidos no Manual SIAFI Web, restando apenas alguns ajustes pertinentes.

Pode-se afirmar que a adoção da depreciação no âmbito do setor público veio consolidar a mudança do enfoque estritamente orçamentário para o enfoque patrimonial da contabilidade pública, que visa a evidenciação do patrimônio público e que se constitui seu principal objeto.

Esse fato reforça a premissa da responsabilidade social dos demonstrativos e relatórios contábeis, com vista à importância dessa ciência enquanto ferramenta de controle e transparência da gestão pública.

12.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

PARTE A, ITEM 12.3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134, DE 4/12/2013
(alterado) Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014

12.3 – Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada:

- a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;
- b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;
- c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade é de competência da Setorial Contábil de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

As responsáveis pelo registro são: a Coordenadora de Contabilidade e Programação Financeira titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/20/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado, mensalmente, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:



- Transação >CONNE – consulta empenho, observando o favorecido, a classificação da despesa, a modalidade de licitação e outros;
- Transação >BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;
- Transação >CONCONTIR – equações contábeis a regularizar;
- Transação >CONINCONS – inconsistências contábeis – outros;
- Transação >CONINDBAL – indicadores de balanço;
- Transação >CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação >BALANSINT – inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

No âmbito do Instituto Nacional do Semiárido - INSA – Unidade Gestora Executora no SIAFI nº 240114, período de janeiro a dezembro, só ocorreu um único registro de restrição contábil no mês de maio de 2014 – restrição 697 Saldo Invertido Passivo Compensado, decorrente de saldo invertido na conta contábil 29241.01.01-Empenhos a Liquidar (2014NE900089 subitem 22), no valor de R\$ 2.124,60.

Brasília, DF., 30 de janeiro de 2015.



Eliana Yukiko Takenaka
CRC/DF – 006666/O-1

12.3 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.3.1 DECLARAÇÃO PLENA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

PARTE A, ITEM 12.4.1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134, DE 4/12/2013
 (alterado) Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		Código da UG
Denominação completa (UJ)		
Instituto Nacional do Semiárido - INSA		240114
<p>Após análise dos registros contábeis e da conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº. 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional do Semiárido - INSA e, ressalto que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local	Brasília, DF	Data
Contador Responsável	Eliana Yūkiko Takenaka	CRC nº
		DF-006666/O-1

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

As principais ações do INSA concentraram-se na complementação da infraestrutura da Sede e Estação Experimental, e no fortalecimento e continuidade da execução dos projetos científicos iniciados em 2012, em seis áreas do conhecimento: Desertificação, Sistemas de produção, Recursos Hídricos, Biodiversidade e uso sustentável, Desenvolvimento e Tecnologias Sociais e Gestão da Informação e Conhecimento.

Outras ações em destaque foram: (1) instalação do Escritório da FAO na sede do INSA; (2) Consolidação do Núcleo BioCaatinga; (3) Formação de Gabinetes de Palma Forrageira e finalização da implantação de 26 campos de pesquisa com palma forrageira, como estratégia de segurança hídrica e alimentar dos rebanhos da região semiárida; (4) Consolidação da parceria com Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que engloba mais de 3000 organizações da Sociedade Civil com o INSA, por meio do projeto de pesquisa em rede, denominado Sistemas agrícolas familiares resilientes a eventos extremos no contexto do semiárido brasileiro; e (5) Lançamento do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro (SIGSAB).

As principais dificuldades da unidade de cumprir seu papel são:

- 1- Quadro de pessoal insuficiente, em especial da área fim.
- 2- Aumento dos custos operacionais da unidade e as restrições orçamentaria para os próximos anos.
- 3- A baixa dotação orçamentária em vistas às obras de infraestrutura necessárias.

Cabe ressaltar que nos últimos quatro anos o INSA continua recebendo o mesmo aporte orçamentário; como os custos operacionais são crescentes, isto acaba limitando os gastos com pesquisa.

Não se aplica

Não se aplica